



GT 25. Corpo, gênero e sexualidade: presenças, ausências e urgências em tempos de retrocesso

Coordenador(es):

Mónica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Silvana de Souza Nascimento (USP - Universidade de São Paulo)

Esta proposta busca mapear pesquisas situadas no diálogo entre os estudos de gênero, sexualidade, corpo e saúde. Partimos do pressuposto de que vivemos um contexto paradoxal. Por um lado, a expansão da produção têm possibilitado complexificar o conhecimento sobre relações de gênero, práticas sexuais, normatividades, sociabilidades, territorialidades, corporeidades, colaborando para uma resistência acadêmica à reprodução de formas de desigualdade estruturais e arcaicas na sociedade brasileira. Por outro lado, o avanço do neoconservadorismo e a ofensiva neoliberal ameaçam direitos sexuais e reprodutivos, provocam o desmonte do Estado e fragilizam as condições para a produção de conhecimento nas questões ligadas a gênero e sexualidade. Urge refletir sobre qual tem sido nossa agenda de pesquisa, que temas têm nos mobilizado e que assuntos têm tido menos espaço nos nossos fóruns de debate. Nesse sentido, o GT busca aglutinar trabalhos que nos ajudem a compreender práticas, identidades e saberes na contramão da heterocisnormatividade hegemônica, mas também modelos de heterossexualidade e masculinidade mais tradicionais, mainstream, ou até mesmo conservadores, que se colocam como força contrária à autonomia das mulheres e à defesa dos direitos humanos. As apresentações podem girar em torno de temas como contracepção, maternidade, aborto, HIV/Aids, diversidade sexual, transexualidade, transformações corporais, bissexualidade, mulheres lésbicas, relações raciais, entre outros.

Conservadorismos e agenciamentos sociais em saúde em um contexto de aborto legal

Autoria: Juliana Vieira Wahl Pereira (USP - Universidade de São Paulo)

O aborto, aqui definido como a interrupção voluntária da gravidez, é um problema pessoal "com profundas implicações médicas, culturais, religiosas, éticas, políticas e psicológicas" (Faúndes, 2004). A prática, legalizada com algumas restrições desde 2012 no Uruguai, mostra desafios à implementação da política pelas ações políticas de alguns setores religiosos e conservadores que disputam moralmente, através do tema do aborto, concepções sobre gênero, sexualidade, classe, raça, família e nação. No Uruguai, assim como em diversos países da América Latina, a laicização do Estado vem ocorrendo desde o século XIX, e, ainda que diversos direitos sociais e políticos tenham sido conquistados em uma linguagem distinta aos dogmas católicos, ?ainda hoje alguns partidos e funcionários públicos acodem a autoridades religiosas em busca de legitimidade política? (Blancarte, 2008, p.30). Em uma nova configuração de sujeitos políticos, além dos tradicionais partidos de orientação conservadora e de direita, Nacional e Colorado, nas eleições de 2019 surge o partido *Cabildo Abierto*, se propondo a representar os setores mais conservadores do país. Consequentemente o tema do aborto volta ao debate público: Guido Manini Ríos, ex-candidato a presidente, ex-chefe do exército e que faz parte da coalizão ganhadora das eleições presidenciais, e também do partido *Cabildo Abierto*, durante a campanha política manifestou-se abertamente contra a lei de aborto (nº18.987/2012), e um outro deputado eleito do mesmo partido, disse que no Uruguai ?mulheres interrompem a gravidez como método anticonceptivo? e também que ?se [ela] não teve responsabilidade de cuidar-se, bancátela (sic)? aludindo a uma culpabilização da gravidez por parte da mulher. As discussões sobre a vida e a criação de categoria "mulher que aborta", como se existissem dois tipos de mulheres, a que rejeita a maternidade e a que não, têm aparecido no debate público uruguaio depois de sete anos de



implementação da lei de Interrupção Voluntária da Gravidez (IVE em espanhol) em todo território nacional. Esta apresentação tem como base questões de uma etnografia realizada no período eleitoral de 2019 em Montevidéu, em um hospital público, no serviço de Saúde Sexual e Reprodutiva acompanhando profissionais de saúde (enfermeiras, psicólogas, assistentes sociais, parteiras, médicas ginecologistas e residentes de ginecologia e obstetrícia) nas consultas de IVE e de anticoncepção.

[Trabalho completo](#)



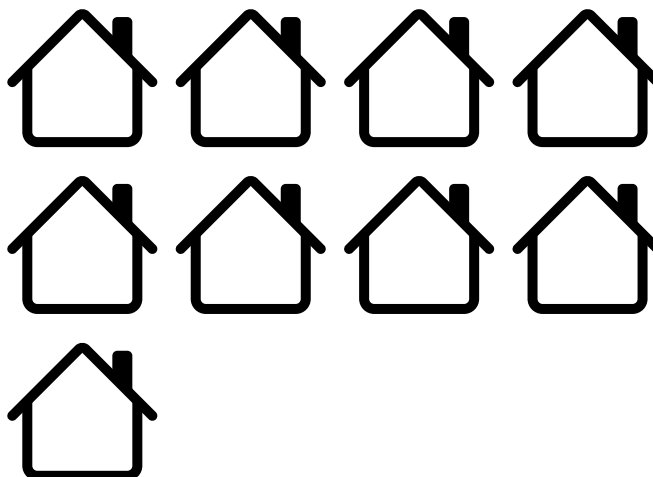
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: